

Grande entrevista: António Martins

“A Lei cria desigualdades”

Revista DOMINGO (Correio da Manhã) 30 Agosto 2009

A dois dias da reabertura do ano judicial e a menos de um mês das legislativas, o presidente da associação sindical dos juizes portugueses traça um retrato implacável e demolidor da justiça nacional, no qual os políticos não saem bem.



- Como se sente quando abre um jornal e vê uma notícia sobre um juiz que solta um assaltante apanhado em flagrante?

- Transmite-me a necessidade da Justiça precisar de comunicar melhor com a sociedade as decisões que toma. Aquilo que recebemos em termos de comunicação não nos permite compreender o problema e, assim, a decisão judicial. Quando depois se explica que aquela decisão foi tomada com os pressupostos que existiam no processo que, por vezes, não são aqueles que depois são relatados, aí as pessoas compreendem.

- Mas quando lemos notícias de, por exemplo, pedófilos apanhados em flagrante e que depois de ouvidos são libertados ficamos incrédulos. Como interpreta estas decisões?

- Não quero fazer juízos de valor e dizer que a Lei que temos está bem ou mal. O que quero salientar é que são as regras que temos e que resultam da perspectiva constitucional: a da presunção da inocência até trânsito em julgado e a da prisão preventiva como medida excepcional. Ora, a prisão preventiva não é, ou não é entendida pela Lei, como uma antecipação do cumprimento da pena. Não conheço em concreto esses casos de pedofilia para poder dizer em concreto quais foram as razões para levar um tribunal a não aplicar a prisão preventiva. Aparentemente, estamos perante crimes graves, em que o sentimento comum é que o indivíduo deve ir imediatamente para a cadeia. Mas isto é a antecipação de um julgamento que há--de vir a ser feito. Hoje há a noção, e por causa desses casos, de que os juizes estão a aplicar pouco a prisão preventiva. Mas há quatro anos acusavam-se os mesmos juizes de aplicar em excesso a prisão preventiva. A única coisa que mudou foi o sistema de processo penal, que é diferente daquele de há quatro anos.

- Passámos do oito para o oitenta?

- Passámos de uma situação em que, de alguma maneira, a prisão preventiva podia ser aplicada em circunstâncias diversas das que são hoje. E hoje é mais difícil a aplicação da prisão preventiva.

- E devia sê-lo mais fácil, em determinados casos?

- Não é compreensível socialmente que, nalguns casos, não haja essas aplicações de prisão preventiva, precisamente por causa desse sentimento de que aquele é um crime grave. Não digo que isto seja juridicamente defensável, pois face à Constituição não o será. Só que há aqui um desequilíbrio em termos sociais, e que está no facto de não ser compreensível que alguém que presumivelmente cometa um crime grave, ainda que não tenha antecedentes criminais, não seja sujeito a preventiva. Anteriormente havia a ideia de perigo de perturbação social, o que podia justificar a prisão. Se esse risco de perturbação social se indiciasse então a solução era aplicar a preventiva. Hoje isso não é possível. Há alguma falta de sensibilidade do legislador para a realidade social.

- Mas não fica preocupado quando vê certo tipo de medidas que são tomadas, apesar de se seguir a Lei?

- É de deixar preocupado. O problema é este: deveríamos viver numa sociedade em que houvesse um equilíbrio entre os direitos dos arguidos e os direitos das vítimas. E, eu já o disse, há um desequilíbrio no nosso sistema em favor do arguido.

- Os arguidos têm mais direitos do que as vítimas?

- Não quero dizer isso nem quero entrar num discurso de excesso de garantismo. Mas acho que há um desequilíbrio. Continuamos a perspectivar os direitos dos arguidos quase como que intermináveis.

- Sente que os cidadãos perderam a confiança na Justiça e nos tribunais?

- Sinto que as pessoas têm menos confiança na Justiça, têm a noção de que a Justiça não é igual para o pobre e para o rico. Quem tem possibilidades económicas consegue que o sistema vá emperrando.

- Mas sente também isso ?

- Sinto também isso. Não por causa dos juízes mas por causa da Lei, que vai criando essas desigualdades.

- Portanto, isto remete-nos directamente para a revisão dos códigos penal e de processo penal feita nesta legislatura e da qual foi crítico.

- O nosso parecer, quando a Lei estava ser discutido do Parlamento, era claro. Tínhamos que introduzir terapêuticas para o problema da celeridade, da eficácia e da credibilidade. E não se introduziram terapêuticas nenhuma. O processo penal não é mais rápido, continua a ser susceptível de serem postos uma série de entraves que atrasam os julgamentos, não é mais eficaz e não é mais credível. Acaba por funcionar para o pequeno crime e para o cidadão comum mas não funciona para o crime de colarinho branco, para a corrupção, o

tráfico de influências, e nem para o cidadão rico, influente e politicamente relevante. Isso reforça a ideia, perante o cidadão comum, de que temos um processo penal para o pobre e outro para o rico. Foi uma oportunidade perdida.

- O que espera de um novo Governo?

- Os governos são como os melões, só depois de abertos é que sabemos a qualidade. Mas digo que tenho sérias reservas de que algo se vá modificar substancialmente, independentemente do Governo que saia das próximas eleições. Não vejo, em quem tem perspectivas de governar, o objectivo de tornar a Justiça um sector prioritário de intervenção do Estado.

- Portanto, não prevê diferenças entre Sócrates ou Manuela Ferreira Leite?

- Não quero entrar em concretizações. Mas não vejo diferenças significativas em quem tem perspectivas governativas. O programa do PS é mais do mesmo e até transmite a ideia de que tudo já foi feito nestes quatro anos e meio. E eu digo que o que foi feito foi mal feito. E depois penso que há a ideia de que se a Justiça estivesse apenas preocupada na resolução dos casos do cidadão comum se calhar havia condições para um melhor funcionamento. Mas a partir do momento em que a Justiça começou a incomodar, no princípio da década de 90, é evidente que a partir daí a Justiça começou a ser vista, no sector político, como inconveniente. Porque, em última análise, se a Justiça funcionasse bem, muitos desses telhados de vidro que existem na área económica e política estariam sujeitos a ser revelados.

- O poder político não quer que a Justiça funcione?

- Estou seguro que o poder político se quisesse que a Justiça funcionasse a punha a funcionar. Como não lhe interessa que funcione na sua plenitude, isto é, para todos, cidadão comum, influente, politicamente relevante, como isso não interessa ao poder político, a Justiça não funciona.

- Os políticos não saem daqui nada bem retratados...

- Não saem porque a sensação que tenho é que os políticos não confiam no sistema judicial e por isso tentam arranjar todas as formas possíveis de o condicionar. E a forma que está a ser encontrada é através da revisão da constituição do Conselho Superior da Magistratura.

- Os juízes estão bem preparados para os casos de colarinho branco?

- Provavelmente não. Mas antes dos casos chegarem aos juízes há a fase de investigação e que pertence às polícias e ao Ministério Público.

- E esses estão preparados para investigar esses tipos de crime?

- E querem que estejam? Se calhar não querem. A PJ foi praticamente desmantelada durante este Governo. O Departamento de Combate à Corrupção tem menos condições. Não acredito que se queira combater a corrupção de modo sério se não se tiver uma polícia bem preparada.

'TRIBUNAIS NÃO SÃO SEGUROS'

- **Os tribunais são locais seguros?**

- Infelizmente não são.

- **Sente-se seguro num tribunal?**

- Um juiz nunca deve colocar essa questão numa perspectiva pessoal porque o tribunal tem de ser, primeiro que tudo, um local seguro para todos os que ali estão e, primariamente, para os que ali vão colaborar com a Justiça, como as testemunhas.

- **Qual a sua opinião sobre o novo Campus da Justiça em Lisboa, no Parque das Nações?**

- É mais uma má opção em resultado de querer fazer um brilharete em tempo oportuno.

- **Como é que vê casos como o do gabinete do juiz Carlos Alexandre?**

- É absolutamente inadmissível [que o gabinete esteja tão desprotegido]. O espaço para um tribunal tem que ser pensado apenas para esse fim.

'MEXIDA NA PREVENTIVA É POSITIVA'

A Justiça aparece no programa eleitoral do PSD, apresentado na última quinta, como uma das cinco prioridades. Para António Martins, 'uma eventual mexida na aplicação da prisão preventiva a crimes com penas superiores a três anos [actualmente a regra é aos cinco] e nos pressupostos da prisão fora do flagrante delito é positiva'.

'GOVERNO É OPACO'

António Martins acusa o Governo de 'opacidade' por esconder os dois últimos relatórios de avaliação à reforma dos códigos penal e do processo penal (que entrou em vigor em 2007) elaborados pelo Observatório Permanente da Justiça. 'É inaceitável que a sociedade não tenha os dados necessários para saber se as reformas estão directamente ligadas ao aumento da criminalidade', critica. 'E acredito que até 27 de Setembro [data das legislativas] nunca serão divulgados porque seguramente não são favoráveis ao Governo'.

PERFIL

António Martins tem 49 anos, é casado e tem duas filhas e um filho. Licenciou-se em Direito, em Lisboa, com 15 valores, e é juiz na Relação do Porto.